

A tréplica do ex-Ministro

BRASILIA (O GLOBO) — "Tenho dúvidas quanto a considerar a eliminação dos subsídios um tratamento de choque contra a inflação", afirmou ontem o ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, ao comentar a resposta que lhe deu o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, no discurso de sexta-feira, no Rio, criticando a sua proposta de duras medidas antiinflacionárias.

— O tratamento de choque se justifica — acentuou — quando a inflação é gerada por um excesso de investimentos e de gastos públicos.

O professor Octavio Gouvêa de Bulhões declarou, contudo, que "talvez o Delfim tenha razão quando diz que um tratamento de choque não pode ser aplicado em 1982 nas mesmas doses de 1965, porque a economia brasileira, efetivamente, é hoje mais complexa".

Ele também concorda com Delfim sobre a impossibilidade de se eliminar a correção monetária, porque tal medida significaria "uma balbúrdia na economia", com reflexos negativos nos salários, na poupança, nos ativos das empresas e no Sistema Financeiro de Habitação.

— A correção monetária é um lenitivo. Trata-se de um instrumento que só funciona perfeitamente quando a inflação é declinante. Quando o nível inflacionário é ascendente, como agora, ela é fator realimentador. Devemos, porém, eliminar a inflação e não a correção monetária, acabar com o efeito e não com a causa.

CADERNETAS

O ex-Ministro disse ontem durante o debate do I Congresso de Desenvolvimento Comercial que não passa de uma ilusão o ganho que a caderneta de poupança proporciona. Segundo ele, a correção monetária aplicada nos rendimentos das cadernetas "é simplesmente uma reposição do recurso empregado, uma atualização do dinheiro depositado".

— Quando o índice de correção monetária é elevado — disse — o depositante da caderneta pensa que está ganhando. Muita gente vive da ilusão.

O professor Bulhões reconhece, no entanto, que o pequeno investidor não se

sente atraído pelo mercado de ações. Declarou que os fundos de investimentos não têm dado resultado por uma contradição básica: a instituição que administra o fundo não pode, ao mesmo tempo, investir e atender à liquidez das cotas.

DISCRIMINAÇÃO FISCAL

Em sua exposição sobre "Imposto de Renda e capitalização das empresas, o professor Bulhões disse que "a discriminação fiscal que pesa sobre os dividendos e a insegurança dos lucros, originada da inflação e do combate aos efeitos inflacionários, estão abalando o sistema empresarial".

Este quadro, pelo que demonstrou com estatísticas do Banco Central, levou a uma enorme disparidade entre o volume de poupança aplicado no mercado creditício e aquele aplicado no mercado de ações. Para o primeiro, foram carreados, ano passado, Cr\$ 3,2 trilhões (306 por cento a mais do que em 1980), enquanto na emissão de ações e de debêntures conversíveis em ações foram aplicados, em 1981, apenas Cr\$ 306,4 bilhões.